



## **A OCUPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IEPÊ SÃO PAULO: CONFIGURAÇÃO ESPACIAL, CULTURAL E PATRIMÔNIO**

THE OCCUPATION OF THE MUNICIPALITY OF IEPÊ -SP: SPATIAL, CULTURAL AND HERITAGE  
CONFIGURATION

**Maria Bernadete Garcia Ferreira de Almeida<sup>1</sup>**

**Neide Barrocá Faccio<sup>2</sup>**

### **RESUMO**

O presente artigo procura trazer ao nosso entendimento, após pesquisas e leituras de autores variados, como se deu a ocupação do município de Iepê, SP. Para atingir tal objetivo, evidenciamos sua ocupação anterior ao tempo presente, pelos indígenas e depois pelos vários movimentos de colonização e povoamento, que expulsaram as etnias indígenas para o norte do Estado do Paraná e para Mato Grosso do Sul, resultando assim na sua atual configuração paisagístico-cultural e espacial. A partir do enfoque da geografia cultural, discutimos as possíveis formações das paisagens culturais na região.

**PALAVRAS-CHAVE:** Paisagem; Geografia; Configuração espacial; Patrimônio.

### **ABSTRACT**

This article understands how the occupation of the municipality of Iepê-SP occurred. We highlight its occupation up to the present day, by the indigenous people and, later, by the various colonization and settlement movements, which expelled the indigenous ethnic groups to the north of the State of Paraná and to Mato Grosso do Sul, resulting in its current landscape and spatial configuration. Thus, from the point of view of cultural geography, we discuss the possible formations of cultural landscapes in the region.

**KEYWORDS:** Landscape; Geography; Spatial configuration; Patrimony.

---

<sup>1</sup> Geógrafa, coordenadora do Museu de Arqueologia de Iepê, SP. Aluna especial da Disciplina de Paisagem e Patrimônio, Mestrado em Geografia da UNESP de Presidente Prudente.

<sup>2</sup> Geógrafa, Profa.Dr<sup>a</sup> Pós Dr<sup>a</sup> e Livre Docência, UNESP, USP e Curadora do Museu de Arqueologia Guarani de Iepê, Coordenadora e curadora do Museu Regional FCT/Unesp, Presidente Prudente.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo busca evidenciar a ocupação do município de Iepê, localizado no Oeste Paulista, desde a sua origem até a sua atual configuração. Foi realizada uma revisão bibliográfica de obras presentes em bibliotecas dos Municípios de Paraguaçu Paulista, Iepê e Presidente Prudente, SP, a fim de construir um aporte teórico metodológico para o trabalho, haja vista a necessidade de conhecer os diferentes grupos humanos que se sucederam na ocupação do território do Município de Iepê. Enfim, a pesquisa buscou recuperar a história do Município de Iepê, SP, a partir da bibliografia disponível, bem como de documentos de Cartórios, do Diário Oficial da União e de acervos particulares.

## O APORTE DA GEOGRAFIA CULTURAL NESTE ESTUDO

A Geografia Cultural é uma abordagem fundadora da discussão sobre a noção de paisagem. A respeito da associação da Paisagem à Cultura, Cosgrove (1983, p. 224) escreve:

[...] paisagem, na geografia humana, há muito vem sendo associada à cultura. É particularmente assim na geografia humana americana, na qual a obra de Carl Sauer originou uma escola na geografia da paisagem, focalizando o papel do homem transformando a face da Terra (SAUER, 1952). A ênfase se dava principalmente em relação às tecnologias – por exemplo: o uso do fogo, a domesticação de plantas e animais, a hidráulica –, mas também, até certo ponto, em relação à cultura não material (isto é, crença religiosa, sistemas legais e políticos etc.). A atenção estava focalizada nas sociedades pré-modernas ou em suas evidências na paisagem contemporânea, como a evidência na paisagem americana [...] (JACKSON, 1980).

Neste sentido, o reconhecimento de que o homem, ao modificar o meio ambiente, cria paisagens carregadas de sentidos cujos significados ultrapassam em muito a simples evidência material e sua funcionalidade. No caso das populações indígenas brasileiras, que habitavam o Centro-Sul do país antes do avanço das frentes coloniais, a arqueologia busca resgatar aspectos de sua cultura material, com vistas a compreender seu modo de vida.

Sobre essa complexidade, Correa (1998) relata que:

As formas simbólicas espaciais estão dispersas pela superfície terrestre, sugerindo a força das representações que os homens constroem a respeito de diversas facetas da vida, envolvendo o passado, o presente e o futuro, as diferenças e a igualdade e o poder, a celebração e a contestação e a memorialização. As formas simbólicas são marcas e matrizes presentes na criação e recriação das práticas sócio espaciais. Este é um rico campo de investigação para os geógrafos que vivem em países marcados por profundas diferenças e desigualdades que precisam ser afirmadas, re-afirmadas, resignificadas, e justificadas ou contestadas por meios diversos, entre eles as formas simbólicas espaciais (Correa, 1998, n.p.).

Mas, não são apenas as culturas pretéritas do Brasil que deixaram marcas no espaço geográfico. Ainda segundo Cosgrove (1998b):

A heterogeneidade cultural brasileira e as intensas transformações que nos últimos 50 anos têm alterado as configurações espaciais do país sugerem um conjunto de temas a serem abordados pelos geógrafos, visando contribuir para a inteligibilidade do país por intermédio de uma análise da cultura em sua dimensão espacial, que desdobra-se em inúmeros subtemas. São eles: a paisagem cultural, a região cultural, a religião e a cultura popular. Estes temas não precisam ser vistos como mutuamente excludentes. As formas espaciais criadas pela ação humana geram paisagens culturais impregnadas de significados. Há inúmeros tipos de paisagens, da classe dominante, residual, emergente, excluída. (COSGROVE, 1998b, página).

Além, portanto, dos aspectos da cultura material, as diferentes formas de expressão de seus valores e crenças acabam por ganhar distintas espacialidades, configurando paisagens que podem, também, ser estudadas a partir de diferentes representações. É isso que nos indica Monteiro (2002):

As paisagens da cidade, do campo e de áreas desertas de homens podem ser objeto de análise em busca de seus significados, ultrapassando a tradição dos estudos morfológicos. Ressalte-se que no estudo da paisagem é possível considerá-la por intermédio de textos diversos como aqueles dos romances, poemas, letras de músicas, filmes, pinturas e outras representações. A este respeito, lembramos a riqueza da produção intelectual brasileira. A análise geográfica dos romances brasileiros, aliás, tem no livro “O mapa e a trama” uma enorme contribuição, envolvendo a interpretação de obras que vão além da paisagem geográfica. (MONTEIRO, 2002, n.p.).

A intencionalidade humana, em busca dos mais diferentes objetivos – mesmo que partindo da necessária busca pela sobrevivência – marca os territórios sobre o qual atua, configurando paisagens, que sempre são paisagens culturais.

## A OCUPAÇÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA: O MUNICÍPIO DE IEPÊ

A ocupação do Pontal do Paranapanema teve início com grupos caçadores-coletores por volta de 7.000 anos Antes do Presente - AP<sup>2</sup> (FACCIO, 2011). Nesse sentido, pode-se afirmar que a colonização do Estado de São Paulo começa antes mesmo de 1532, data na qual Martim Afonso de Souza fundou a povoação que viria a transformar-se na Vila de São Vicente, a mais antiga e a mais remota da colônia brasileira. Na época, marinheiros portugueses já haviam se estabelecido na costa e formado importante arrimo para a colonização lusitana. No entanto, foram os índios os primeiros a ocupar as matas dos planaltos ocidentais da América do Sul (FACCIO, 2011, p. 14).

Após a ocupação de grupos caçadores-coletores, a região do Vale do Paranapanema foi ocupada por grupos indígenas Guarani, a aproximadamente 1668 Antes do Presente (FACCIO, 2011). No século XVII, esses índios foram expulsos de suas terras pelas frentes bandeirantes (FACCIO, 2011).

No início do século XVII, os jesuítas espanhóis estenderam o domínio das suas missões na área do Baixo Vale do Rio Paranapanema, chegando às duas margens do referido rio e fundando três missões às margens do Rio Paranapanema, no atual território paulista (Figura 2). Mais tarde, essas missões foram destruídas pelas bandeiras paulistas de Manoel Preto e Raposo Tavares, tendo seus índios aprisionados para trabalharem nas lavouras de São Vicente e de Piratininga (FACCIO, 1991, DANTAS, 1978; THOMAZ, 1995).

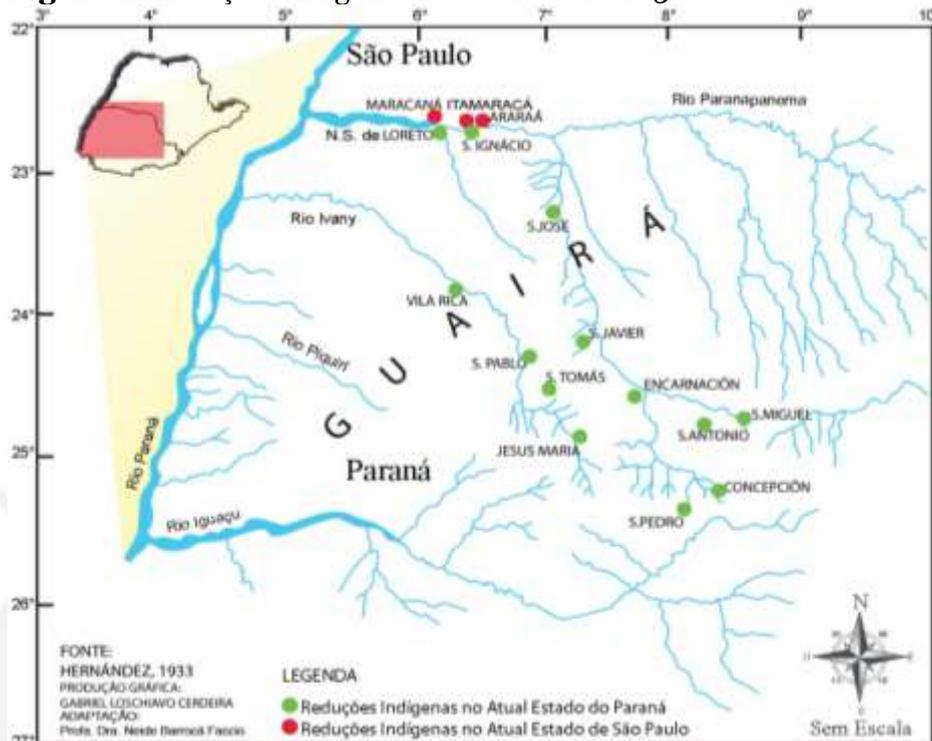
---

<sup>2</sup> AP (Antes do Presente) é uma forma de notação para referência cronológica utilizada pela Arqueologia. Segundo Prous (1992), o presente situa-se por volta dos anos 1950.

**Figura 1:** Localização de Iepê no Estado de São Paulo



**Fonte:** Edição da autora. Arte Gráfica: Eduardo Pereira Matheus (2014).

**Figura 2:** Reduções indígenas no Guaiá 1610-1630

**Fonte:** Faccio (2011).

Esta região começa a ser (re)ocupada em meados do século XIX, num processo de ocupação acelerado a partir do final do século XIX com a construção da Estrada de Ferro da Sorocabana (LEITE, 1999). Conforme Rosa et al. (2013), a região das barrancas do Paranapanema estava dividida, em 1886, em grandes glebas, pertencentes a poucas pessoas residentes em centros urbanos mais antigos e de maior porte. Essa região foi denominada Sertão Paulista, e nela se localizavam as Fazendas da Figueira e dos Patos, onde mais tarde se implantariam os Patrimônios de São Roque e Liberdade. Este último é, hoje, o denominado Município de Iepê, SP.

O Município de Iepê está localizado a aproximadamente 525 km da Capital Paulista, no Pontal do Paranapanema, região do baixo Vale do Rio Paranapanema Paulista (Figura 1).

Entre os proprietários de terras nessa região, no final do século XIX, um dos principais foi o Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho, cearense de tradicional família brasileira, fazendeiro e político provincial, profundo conhecedor do médio e baixo Vale do Rio Paranapanema, lugar em que tinha algumas de suas propriedades. Jaguaribe Filho escreveu “Cartas do Sertão – O sul de São Paulo”, publicado em uma série de sete cartas pelo Correio paulistano, em 1885. Essas cartas são referências da época para essa região. Com o intuito de povoar essas “terras desconhecidas”, apareceram, no final do século XIX, algumas “companhias colonizadoras”, a quem o Governo dava o direito de explorá-las para que, futuramente, se transformassem em lotes e fossem vendidas (ROSA et al., 2013).

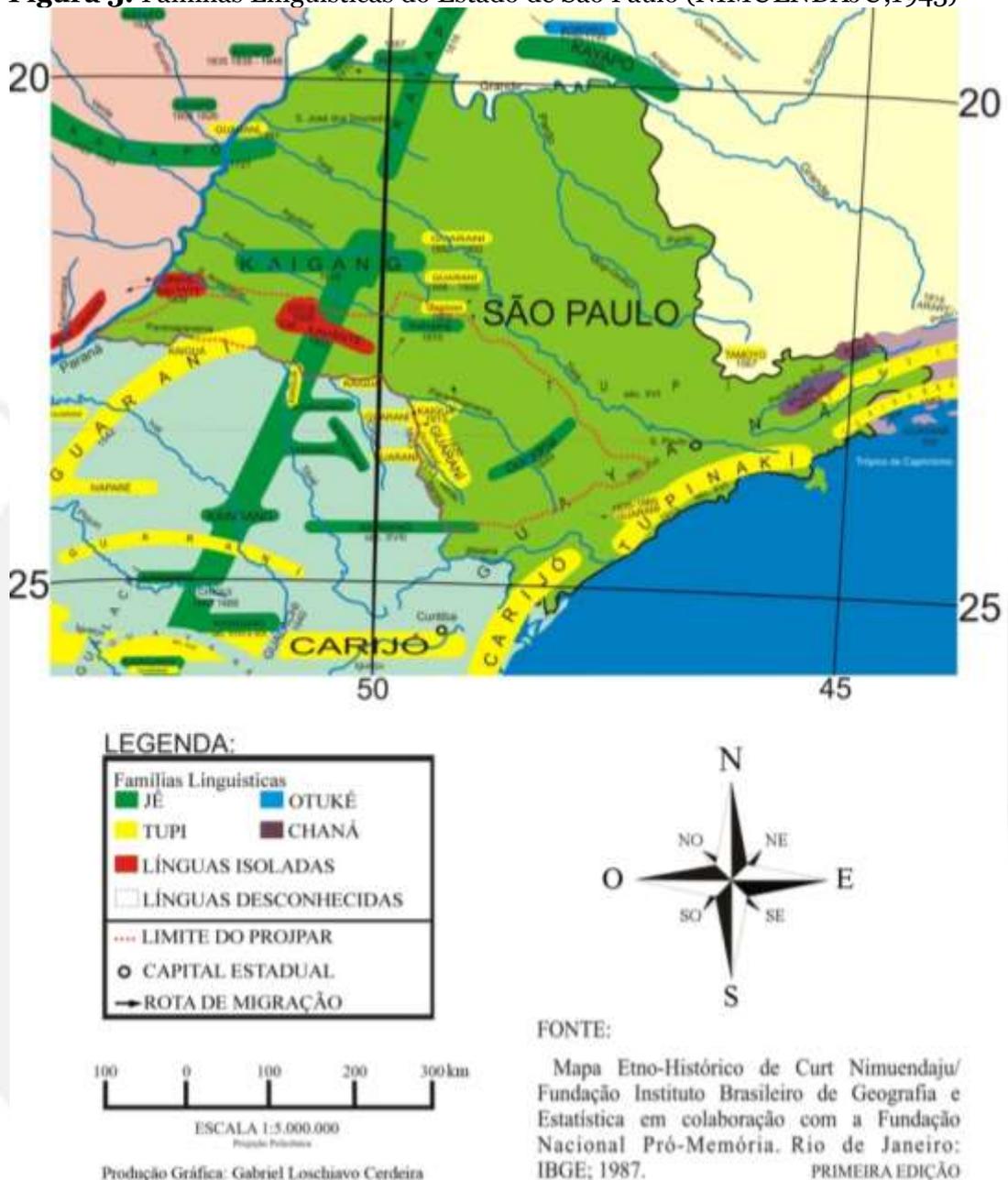
Na época, atuava na região do Vale do Rio Paranapanema a Companhia Colonizadora São Paulo e Paraná, em ambas as margens do rio, explorando e comercializando terras na década de 1890. Nesse contexto, Dr. Domingos Jaguaribe consta como um dos diretores dessa companhia, a qual, no fim da década de 1890, adquiriu vários imóveis. Dentre eles, as Fazendas Rio da Figueira e dos Patos, nas terras onde nasceria a cidade de Iepê algumas décadas depois (ROSA et al., 2013).

[...] a ocupação do Vale do Rio Paranapanema, apesar do insucesso das colônias indígenas, tornou-se realidade a partir de 1862 até a década de 1920, com a chegada de cafeicultores mineiros e paulistas e a fundação de algumas cidades. Tornando-se mais intensa e organizada, com a atuação de empresas privadas de colonização e através de iniciativas governamentais. (CHIMYZ, 1990, 55-74).

Leite (1972) escreve que o Pontal do Paranapanema foi formado a partir de duas frentes pioneiras ligadas a construção da Estrada de Ferro Sorocabana. Nesse período, segundo Ávila Junior (1995), na região do Baixo Paranapanema Paulista eram encontrados índios Coroados (Kaingang), Caiuás e Xavantes, que foram para o norte do Paraná e Mato Grosso do Sul, fugindo dessa frente de colonização.

Já em 1933, segundo o Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju, a área do Vale do rio Paranapanema era território dividido entre as etnias Xavante, Guarani e Kaingang (Figura 3).

**Figura 3:** Famílias Linguísticas do Estado de São Paulo (NIMUENDAJU,1943)



**Fonte:** Faccio (2011).

## O PROCESSO DE POVOAMENTO DO MUNICÍPIO DE IEPÊ, SP

Na metade da década de 1910, período em que foi criada a Companhia Brasileira de Colonização, responsável pelo processo de povoamento das terras onde hoje é Iepê, a Fazenda Três Coqueiros e propriedades próximas começavam a receber seus pioneiros, que chegavam de várias regiões, atraídos pela fertilidade do solo. Esse

movimento de migração ficou conhecido como “marcha do café” para o oeste paulista (Figura 4). Isso aconteceu em virtude do esgotamento das terras do Vale do Paraíba (ROSA et al., 2013).

**Figura 4:** Expansão do café no oeste paulista



**Fonte:** Eduardo Pereira Matheus, 2014.

Toledo (1992) conceitua a marcha do café como um fenômeno da expansão territorial contínua da cafeicultura do Estado de São Paulo, que teve início no Vale do Paraíba por volta de 1830. Segundo este autor, a busca de novas terras para o café pode ser analisada sob vários pontos de vista, destacando-se aqui os pontos de vista ecológico, político e social (TOLEDO, 1992). O primeiro, trazendo uma ocupação desastrosa, pois causou a derrubada da Mata Atlântica, com queimadas na preparação das terras para o plantio. Essas práticas provocaram transformações no ecossistema, gerando uma série de doenças ligadas à cafeicultura, como a úlcera de Bauru, o tracoma e a doença de Chagas.

Para o autor, do ponto de vista político e social, a marcha do café deve ser vista como um problema de posse da terra. O surgimento do cultivo do café provocou a expulsão do índio e do trabalhador da roça sem títulos (posseiros), cujas terras foram adquiridas/tomadas pelos fazendeiros e mantidas através de herança e de casamentos. Assim, o café conheceu os tempos áureos de sua produtividade, dando abertura às estradas de ferro por todo o estado e conheceu, também, a crise político-econômica e

o declínio, que levou o produtor a buscar novas alternativas de culturas e “novas terras” (TOLEDO, 1992).

Rosa et al. (2013) relatam que, em 1917, o Dr. Domingos Jaguaribe e outros fazendeiros formaram uma sociedade anônima com o propósito de explorar, colonizar e vender terras no Estado de São Paulo.

A Constituição da Sociedade Anônima denominada Companhia Brasileira de Colonização foi registrada no dia 2 de junho de 1917, no 4º Ofício de Notas do Rio de Janeiro, no livro 434, às folhas 120 verso, conforme publicação no Diário Oficial da União, do dia 12 de julho de 1917. (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 1917, p. 7354).

Com a constituição da sociedade formada pelo Dr. Domingos Jaguaribe, sua esposa Maria Martins Jaguaribe e demais membros foram incorporadas à Companhia Brasileira de Colonização algumas propriedades, dentre elas as Fazendas Figueira e Ribeirão dos Patos, onde surgiriam em breve, os Patrimônios de São Roque e da Liberdade.

## **A FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LIBERDADE**

Málaque (2003) escreve que em 1918, chegou a essa região a família Almeida Prado, vinda de Palmital, SP, que se embrenhou pelo sertão comprando as terras que hoje correspondem à cidade de Iepê. Chico Maria e seu sobrinho Antônio de Almeida Prado antecederam aos demais, trazendo trabalhadores para a derrubada da mata e construção de ranchos. Depois de acabados os ranchos, veio o restante da família.

Conforme relatos de Oliveira (2009), passados três anos, dois membros da família Almeida Prado, Chico Maria e Antônio de Almeida Prado, seriam importantes para a fundação do Patrimônio de Liberdade, pois tiveram relevante papel nesse processo. O primeiro por ser um influente articulador político; e o segundo, por doar as terras para a fundação da nova cidade.

Segundo Rosa et al. (2013), quando se fixaram na Fazenda Patos, em 1920, Chico Maria e Antônio de Almeida Prado, já encontraram, onde seria em breve fundado o Patrimônio de São Roque, alguns ranchos, uma venda e outros pequenos comércios.

Málaque (2004) narra, em seus escritos, segundo documentos oficiais encontrados, que a área do Patrimônio de São Roque foi adquirida através de um

“caixa” específico para compra de terras, criado por um grupo de evangélicos, dentre eles os senhores Antônio de Almeida Prado e Francisco Severiano de Almeida. Com isso, se desfaz o equívoco em relação às terras de São Roque, que - segundo é tido como fato para a população atual da cidade - teriam sido doadas. Elas foram compradas por meio das contribuições financeiras de vários moradores da Fazenda dos Patos.

Conforme narrativa de Málaque (2002), a criação do novo patrimônio não acabou com os problemas, pois tanto o Patrimônio de São Roque como o de Liberdade, buscavam a sua elevação a Distrito Policial. Mas Liberdade não tinha uma boa representação política, pois enfrentavam o vigário de Conceição de Monte Alegre, que tinha absoluta autoridade sobre o clero católico e se opunha aos “evangélicos”. Chico Maria resolveu, então, se aliar ao Deputado Estadual Ataliba Leonel, residente na cidade próxima de Pirajú, fortalecendo a demanda de Liberdade.

Oliveira (2009) relata que, aos poucos, foram chegando alguns comerciantes em Liberdade, que abriram loja e armazém. Uma figura importante nesse processo foi o Sr. Jorge Bassil Dower, que foi companheiro de Chico Maria e tinha uma farmácia, atendendo às famílias doentes com seus conhecimentos e remédios - inclusive tratando, de graça, alguns jagunços, que passaram a apoiá-lo e defendê-lo.

Com a confiança adquirida por Chico Maria, o Deputado Ataliba Leonel dissolveu o PRP (Partido Republicano Paulista) regional e deu a presidência a Chico Maria, que indicou os demais membros. Tal diretório se reuniu imediatamente e requereu a retificação da divisa do Patrimônio de Liberdade, que:

“[...]começa na barra do rio Capivara, sobe por este acima até a estrada boiadeira e por esta segue rumo oeste até o rio Laranja Doce, desce por este abaixo até o rio Paranapanema, sobe por este acima até a barra do rio Capivara onde teve começo”. (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1926, DECRETO ESTADUAL nº 217).

Com a retificação das terras de Liberdade e uma estreita relação entre Chico Maria e o Dr. Ataliba Leonel, deu-se a elevação de Liberdade (OLIVEIRA, 2009). Segundo o mesmo autor, em 1928 criou-se o Distrito de Iepê, por força da Lei Estadual nº 2254, de 29 de dezembro. A partir daí, a localidade passou a chamar-se Iepê - que pensava-se, na época, significar “Liberdade” na língua indígena, algo não confirmado

hoje. No dia 25 de Abril, foi instalado o Distrito Judiciário de Liberdade, então com o nome de “Yepê”<sup>3</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Município de Iepê, SP, possui comprovada ocupação de grupos indígenas caçadores-coletores ainda não datadas, de grupos agricultores Guarani datados a partir de 1668 anos Antes do Presente.

No século XVIII registra-se a presença de índios Kaingang e Xavante. Nos finais do século XIX, quando a Estrada de Ferro Sorocabana chegou à região - e com ela as primeiras companhias de colonização - os índios começaram a ser expulsos, voltando-se para áreas ainda não colonizadas ou sendo mortos. Aqueles que restaram, com a vinda da ferrovia foram mortos ou confinados em pequenas aldeias – as reservas indígenas. Dessa forma, os núcleos urbanos formaram-se sem conflito com as populações indígenas.

O processo de formação desses núcleos e a constituição do município de Iepê estão ligados à marcha do café para o oeste paulista em virtude do esgotamento das terras do Vale do Paraíba. Em 1929, com a crise do café, foi plantado algodão e investiu-se na criação de porcos.

A partir de 1950 incluiu-se o amendoim, a soja, o arroz e o milho. A partir da primeira década do Século XXI, introduziu-se a cana-de-açúcar, que trouxe benefícios econômicos à população, pois gerou empregos através das construções de usinas na região.

Visto sob a forma simbólica, sua configuração espacial e de identidade, esse município possui um forte elemento cultural (religioso) em sua criação. Sua formação geográfica e lideranças política, neste contexto, são atribuídas ao próprio nome (Iepê, entendido como liberdade para os evangélicos contra a oposição do clero católico da região).

Através da compreensão desses processos podemos chegar a um reconhecimento de que a paisagem de um lugar é o reflexo das ações de quem o habita

---

<sup>3</sup> “Aos 25 dias do mês de Abril de 1928, na sede do cartório de Paz de Yepê, presente o Exmo. Sr. Juiz de Direito Vasco Joaquim Smith de Vasconcelos, os juizes de paz cidadãos José Pereira Rangel, João Antônio Rodrigues, respectivamente primeiro e segundo juizes de paz e mais pessoas presentes; foi pelo meritíssimo juiz declarado instalado o distrito de Yepê”. (ACTA DA INSTALAÇÃO DO DISTRITO DE PAZ DE YEPÊ, MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE MONTE ALEGRE, COMARCA DE ASSIS).

e que, portanto, os resultados de estudos acerca das características, símbolos e construção do mesmo não são homogêneos, mas se complementam com suas diferenças harmônicas.

## REFERÊNCIAS

**ACTA DE INSTALAÇÃO DO DISTRITO DE PAZ DE YEPÊ.** Município de Conceição de Monte Alegre. Comarca de Assis. sd.

ÁVILA JUNIOR, C.J. **Santo Anastácio: história de uma cidade:** [s.n.], 1995, 510 p.

ALMEIDA, J. S. Subsídios para a história de Iepê. In: MÁLAQUE, Keila Mara Sant'Ana. **Subsídios para a História de Iepê**, vol. I. Iepê, 2002.

CORREA, R.L. **Paisagem, tempo e cultura**, EdUERJ, 1998.

CHMYZ, I. Arqueologia. **Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas**, Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, volume 6, 1990.

COSGROVE, D. **A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas.** Geografia Cultural: uma antologia, 1996.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. São Paulo, 1917.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (DOSP). São Paulo, 1926.

FACCIO, N. B. **Estudo do Sítio Arqueológico Alvim no Contexto do Projeto Paranapanema.** 1991.154f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciências – Área de concentração: Arqueologia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia Guarani na Área do Projeto Paranapanema: estudo dos sítios de Iepê, SP.** Vol. I e II. Tese de pós-doutorado (Pós-Doutorado em Arqueologia – Área de concentração: Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

IBGE. **Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendaju.** Rio de Janeiro, FIBGE/Fundação Pró-Memória, 1987.

LEITE, J. F. **Alta Sorocabana e o espaço polarizado de Presidente Prudente.** Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1972.

\_\_\_\_\_. **A ocupação do Pontal do Paranapanema.** São Paulo: Hucitec, 1998, 202 p.

MÁLAQUE, K.M.S. **Subsídios para a História de Iepê**, vol. I e II. Iepê, 2002.

MATOS, O.N. de. **Cafés e ferrovias**. 1990, Ed. S.I./S.D.

OLIVEIRA, Marcília. Vídeo: **Desde 1923, uma Terra para todos**. (Projeto bordados do tempo – Relatos: história oral), Iepê, 2009.

PASSOS, T. M. P. **A experiência do lugar na Vila de Paranapiacaba, Santo André- SP**. Projeto de pesquisa: Paisagens do Patrimônio Cultural do Estado de São Paulo, Presidente Prudente, 2013.

PROUS, A. **Arqueologia brasileira**, Editora Universidade de Brasília, 1992.

ROSA, P. F.Z. et al. **De Liberdade à Iepê: uma terra para todos**. Bauru: Canal 6, 2013.

TOLEDO, V. V. de. **Sua Majestade, o Café**. São Paulo: Moderna, 1992.

TUAN, Y.Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.